CARLOS REIS

A EDUCAÇÃO em CABO VERDE
um outro olhar

PEDRO CARDOSO
LIVRARIA

CARLOS REIS

A EDUCAÇÃO em Cabo Verde: um outro olhar

PEDRO CARDOSO
LIVRARIA

FICHA TÉCNICA:

Edição: LPC - Livraria Pedro Cardoso
Sede Fazenda Praia, Cabo Verde
Telefone:(+238) 260 15 07 /08 /09
livrariapedrocardoso@gmail.com

Título: A Educação em Cabo Verde: um outro olhar

Autor: Carlos Reis

Capa e paginação: Inês Ramos

Pintura da capa: Luís Levy Lima

© do autor. Direitos desta edição reservados à Livraria Pedro Cardoso
1.ª edição: Fevereiro de 2019

Impressão e acabamento: ARTIPOL – Artes Tipográficas, Lda.

ISBN: 978-989-8894-24-3
Depósito Legal: 452174/19
Tiragem: 250 exemplares

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio, NOMEADAMENTE FOTOCÓPIA, esta obra. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor.

A EDUCAÇÃO em Cabo Verde: um outro olhar

Aos professores e trabalhadores da Educação

Apresentação

Este pequeno livro representa o trabalho de muita gente.

Quem o assina e se apresenta como autor não passa de um redator de serviço a tentar transmitir para o papel o que foi a vivência e o trabalho de muita gente.

As insuficiências, omissões e fragilidades de análises são da responsabilidade do redator de serviço.

As matérias susceptíveis de serem consideradas como parte de resultados bem sucedidos pertencem ao grande ator que é o povo de Cabo Verde, ora anónimo, ora dando a cara sob a forma de pessoas concretas.

Dada a natureza deste texto de apresentação, este não poderá ser longo e, por isso, não fará referência expressa aos atores mais recuados no tempo, apesar de estarem indiretamente presentes, através daquilo que nós somos e através daquilo que é a realidade educativa de hoje.

É, sem dúvidas, uma realidade feita de muitos desafios, mas, consegue ser, simultaneamente, algo que reflete bem a medida das nossas ambições e espelha as utopias e fragilidades da nossa sociedade.

A visão do redator identifica-se com a divisa segundo a qual «eu sou, porque tu és» e, por isso, embora assumindo o risco de omitir nomes de pessoas e instituições, não pode deixar de registar o papel da Igreja Católica na grande sementeira inicial, feita através da educação, na Ribeira Grande de Santiago e em S. Nicolau, deixando marcas na matriz cultural do povo das ilhas.

O redator tira o chapéu ao político que pôs os seus bens ao serviço da causa em que acreditava – de especial relevância nos tem-

pos que vivemos – e lembra, com respeito, a figura do Senador Vera-Cruz que, em 1916/17, cometeu o belo gesto de disponibilizar o palacete onde residia com a família para garantir o início do funcionamento do liceu que se chamou Infante D. Henrique e devia ser chamado Vera-Cruz.

As razões que fundamentam a nota de admiração pelo Senador Vera-Cruz ultrapassam a atitude tida em relação às instalações do liceu para ter a ver com a luta política do cidadão, feita durante anos, para conseguir verbas no orçamento para cabimento do vencimento de meia dúzia de professores, obrigando-o a confrontações verbais com o ministro das Finanças de Salazar.

Como a lista teria que ser longa se tivesse que citar nomes – não consigo impedir a minha memória de registar o nome do senhor Joaquim Monteiro, chefe de secretaria do Liceu Gil Eanes durante vários anos – optei por lembrar os mais próximos deste pequeno trabalho ou daqueles que me deram a oportunidade e o privilégio de participar na equipa que assumiu a gestão política dos primeiros anos da nova República, em 1975, e, a este propósito, não poderei esquecer a figura de Aristides Pereira, que a presidiu, ou a de Pedro Pires, que constituiu governo, deixando marcas que vão para lá da educação.

Registo a convocatória que me foi feita pelo meu camarada e amigo Silvino da Luz, num dia da última semana de Dezembro de 1974, para uma reunião de urgência com Pedro Pires, no seu modesto escritório do apartamento que alugou no bairro de Fazenda e, para a minha surpresa, tinha como agenda a constituição do governo de transição para a independência nacional.

Lembro o Dr. Manuel Faustino que me precedeu na responsabilidade de dirigir o Ministério da Educação durante o Governo de Transição e estendo esta lembrança de amizade e respeito àqueles que me seguiram, já depois de 1981, acumulando êxitos que servem o bem comum e a causa da Educação.

Recordo o testemunho pedido por um grupo de professoras amigas sobre a experiência vivida com a criação e o funcionamento dos primeiros anos do curso que haveria de se transformar em Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário e, mais

tarde, Instituto Superior de Educação. Foi este testemunho inicial que serviu de base para o diálogo com o meu amigo, o Professor Doutor Manuel Brito Semedo, cujas opiniões valeram como encorajamento para a escrita, pelo que não posso deixar de lhe apresentar, publicamente, os meus agradecimentos.

Ao lembrar a condição de não-especialista em questões de Educação do redator de serviço – nem de História, nem de coisa nenhuma – ele recordou-me que foi professor no Externato Liceu da Ribeira Grande, no ido ano lectivo 1968/1969, ainda na fase de afirmação desta escola secundária, e no ano seguinte na Escola-Piloto do PAIGC, o que lhe deu o privilégio de conviver com figuras que muito contribuíram para a causa da Educação, como são os casos de António Lima, o principal obreiro da fundação do Externato-Liceu Ribeira Grande, e Lilica Boal, diretora da Escola-Piloto do PAIGC.

O redator de serviço recordou-me ainda a sua formação em Administração Ultramarina (1964/1967) e os seus estudos de Ciências Sociais na Escola que já não era a colonial (situada no Príncipe Real), nem de «Estudos Ultramarinos» (ISEU), porque o Professor Adriano Moreira conseguira vesti-la com trajes modernos, seguindo as tradições bem europeias da França e da Inglaterra. Assim, o ISEU foi reestruturado e passou a ser designado Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), que começou a funcionar em 1963, no belo Palácio de Burnay, no nº 86 da Rua da Junqueira, entre Alcântara e Belém.

Certo, mas não convencido, da sua cultura geral, e com dúvidas de especialidade, consultou um especialista de educação, o Professor Doutor André Corsino Tolentino, que o encorajou a prosseguir porque considerou que o trabalho merecia ser publicado e continha elementos suficientes para provocar boas polémicas e estava bem apoiado documentalmente.

O autor agradece à Professora Doutora Iva Cabral, conceituada historiadora nacional, os conselhos e as correções em matéria da sua especialidade.

À Doutora Crispina Gomes fica o registo dos agradecimentos pelas suas sugestões e correções ao texto inicial.

Um especial agradecimento ao pintor Luís Levy Lima pela cedência da obra de arte que serve de capa a este livro, que acredito ter uma mensagem que vai ao encontro do que também pretendo transmitir.

Inicialmente, pretendeu-se apresentar algo parecido com um testemunho sobre a experiência pessoal do autor em matéria de educação, mas, bem depressa, percebeu-se que se existe matéria que exige contextualização social e conhecimento de antecedentes, para ser tratada com um mínimo de seriedade, esta matéria é a educação. Ela exige contextualização histórica, política e social para ser explicada, o que obriga a um esforço de gestão de heranças e visões aos quais os mitos não são estranhos.

Agradeço ainda à Elisabeth, minha mulher, que me encorajou sempre a fazer aquilo em que eu acredito, e desta vez, pela companhia noite dentro, bem como aos meus filhos Djamila e Alex, pela contribuição na correção da última versão do trabalho e pelo seu entusiasmo crítico.

O passo seguinte que precisava ser dado era encontrar uma editora e os incontornáveis patrocínios.

Surpreendeu-me agradavelmente não ter tido necessidade de procurar muito, porque encontrei logo o interesse da Livraria Pedro Cardoso, à qual agradeço, na pessoa do seu administrador, Doutor Mário Silva.

Agradeço ainda à Fundação Amílcar Cabral, na pessoa do seu presidente, Comandante Pedro Pires, e à Garantia, através do seu Presidente do Conselho de Admnistração, Dr. Jorge Alves, pelo patrocínio.

Agradecimentos finais a todos os professores e trabalhadores da Educação, a quem se dedica este trabalho, porque a grande maioria continua a contribuir para que seja na Educação, e através dela, que a mudança acontece.

Deixo os meus votos para que a mudança continue a acontecer em Cabo Verde: uma mudança autêntica para o desenvolvimento destas ilhas, com oportunidades de participação para todos os seus filhos, projetada para o futuro, tendo em conta as suas raízes e sem se demitir da sua própria dignidade.

Prefácio

Este livro fazia falta à Nação. Da autoria de um dos conhecedores da existência de Cabo Verde colonial e pós-colonial, «*A Educação em Cabo Verde: um outro olhar*» vem, como a pedir licença, para instruir os leitores sobre conceitos fundamentais para a compreensão desse ser paradoxal, que ora foi colaborador fiel de déspotas, ora assumiu-se como libertador de si e dos outros. Parece que o mistério é mesmo uma estratégia de sobrevivência com menos ou com mais dignidade.

O autor do livro é o Dr. Carlos Nunes Fernandes dos Reis, que antes de ser Combatente da Liberdade da Pátria, estudou na Universidade Técnica de Lisboa, onde o ministro de Salazar, Adriano Moreira, fundou uma escola superior. Diz-se que a transformação dessa escola foi a maior calaca que Portugal apanhou na História a par de outras coisas que se afirmam, como o ex-ministro ser considerado um dos académicos democratas mais consistentes do antigo império, hoje reduzido pela expansão da Libertação Nacional e da Democracia, ao retângulo europeu mais os arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Essa mesma escola, que não é conhecida pelo esforço de justa cooperação entre as antigas províncias do Minho a Timor, caminha pelo contrário no sentido de manter uma relação desigual entre a ex-metrópole e as ex-colónias. Que Carlos Reis sabe do que fala, sabe. Numa linguagem simples, explica a sucessão de táticas particulares que o governo colonial português inventou para lidar com Cabo Verde e dele tirar o maior proveito.

Utilizando as palavras certas, o autor junta-se a Joana Gorjão

Henriques e à Fundação Francisco Manuel dos Santos para desconstruir a narrativa que o português inventou sobre os brandos costumes da colonização, que combinava, como é sabido, uma certa miscigenação, em instância de último recurso, com as populações negras e escravas e ao mesmo tempo as obrigava a despir-se da sua identidade africana, mudando o nome, impedindo a proliferação do mulato, vendendo o negro, alisando o cabelo e desprezando a língua e a cultura.

O autor propõe ao leitor nacional uma tomada de consciência de si como ser humano e universal. Temos a cor da pele, o tipo de cabelo e a forma do nariz diferentes, sim. Porém, o branco, o negro e o asiático são essencialmente iguais. Reproduzem-se, o que é um indicador científico de que formam e pertencem à mesma espécie. «A Educação em Cabo Verde: um outro olhar» lê-se como uma novela e contém uma biografia tão pertinente que se pode imaginar os cabo-verdianos divididos em dois grupos: o dos que o leram e o dos que não o leram.

Praia, Março de 2018
Corsino Tolentino

Parte I

- Enquadramento -

CAPÍTULO 1

- No princípio não foi o verbo –

É, geralmente, sabido e aceite que as ilhas de Cabo Verde foram encontradas por navegadores portugueses, em 1460.

O seu povoamento começou logo a seguir.

A primeira ilha a ser povoada foi Santiago.

A seguir foi Fogo.

Para incentivar a colonização, a Corte Portuguesa estabeleceu uma carta de privilégios aos moradores de Santiago relativa ao comércio com a costa africana, especialmente de escravos, que começava a crescer por essa época, ganhando dimensões transatlânticas.

Por razões essencialmente mercantis, ligadas ao comércio de escravos, e não só, houve pressa em iniciar o povoamento das ilhas de Cabo Verde.

Com a abolição da escravatura, as marcas da atividade escravocrata perduraram ainda na organização da sociedade.

A formação e a extinção da sociedade escravocrata cabo-verdiana são temas que se encontram muito bem documentados no livro de António Carreira (1905-1988) com o mesmo nome.[1]

Com a ascensão de Cacheu como porto exportador, a colónia começou a dar sinais de fragilidade económica, entrou em decadência e começou a ser dominada por uma economia pobre e de

---

[1] António Carreira, *«Cabo Verde – Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878), Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972.*

subsistência. Contudo, ficaram marcos materiais importantes que testemunham a importância e a natureza da organização social implantada nestas ilhas.

Daniel Pereira (1951) nos seus "Estudos de História de Cabo Verde" (2005)[2] e vários historiadores cabo-verdianos provaram de forma documentada que a ocupação do espaço cabo-verdiano obedeceu a uma matriz mercantil, mas também ideológica, como prova o fato de que, já em 1533, Cabo Verde dispunha de um bispado próprio.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que começou a ser construída em 1495, na Ribeira Grande de Santiago (Cidade Velha), é a mais antiga igreja colonial construída a sul dos trópicos.

A povoação, que haveria de dar lugar à vila da Ribeira Grande de Santiago, é o mais antigo aglomerado urbano colonial construído a sul dos trópicos.

A implantação do casario no interior da ilha de Santiago, o regime de propriedade, particularmente da propriedade agrícola, e os sobrados da ilha do Fogo são também importantes elementos materiais que ajudam a História a estar presente e a estudar e compreender o processo histórico cabo-verdiano.

Apesar da urgência em iniciar o povoamento, havia ainda ilhas por povoar em 1781, ano em que D. Maria II mandou publicar um decreto, datado de 4 de Maio, que demonstra que a Ilha de S. Vicente e outras ilhas ainda se encontravam despovoadas nessa época.

Elucida-nos sobre este ponto o historiador Daniel Pereira, que escreveu que *«S. Vicente viveu sem o menor relevo até que, em 1850, o Governo de Lisboa permitiu ao cônsul britânico, John Rendall, o estabelecimento de um depósito de carvão de pedra necessário à navegação a vapor entre a Inglaterra e o Brasil, iniciando-se a partir daí o seu franco desenvolvimento»*.[3]

---

[1] Daniel Pereira, «Estudos de História de Cabo Verde», Alfa-Comunicações, 2005

[3] Pereira, Daniel A. – Estudos de História de Cabo Verde – Alfa-Comunicações – Praia – 2005.

Esta citação de Daniel Pereira serve para lembrar as diferenças havidas no povoamento das diversas ilhas.

Lembramos, entretanto, que um dos propósitos deste trabalho é promover a reflexão acerca das marcas do nosso passado que, ainda hoje, influenciam o presente e condicionam, de forma positiva ou negativa, a capacidade coletiva de construção do futuro.

São vários os autores que têm contribuído para o estudo desta questão complexa e apaixonante, sem contudo, a esgotar.

CAPÍTULO 2
- Cabo Verde e o Reino de Caliban -

1.Manuel Ferreira (1917-1992)[4] é um nome que dispensa apresentações para o público cabo-verdiano. Autor de uma vasta obra, essencialmente sobre Cabo Verde, decidiu dedicar aos países africanos de língua oficial portuguesa a organização da *«Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa»*, editada em 1976, pela Seara Nova, a que deu o título genérico de *«No Reino de Caliban»*.[5]

Próspero e Caliban são as personagens criadas por Shakespeare em «Tempestade», ainda na aurora da expansão europeia, para explicar e demonstrar a antevisão de um espírito de génio em relação à evolução futura dos sentimentos prevalecentes nas duas comunidades, a europeia, conquistadora e mágica, e a africana,

---

[5] Manuel Ferreira, (1917 – 1992) - «No Reino de Caliban - Antologia da poesia africana de expressão portuguesa», Seara Nova, 1976. Autor de uma vasta obra dedicada a Cabo Verde (Hora di bai; Aventura crioula; Terra trazida; Voz de Prisão; várias outras). Nasceu em Gândara (Leiria), expedicionário em Cabo Verde (1941-47), onde conviveu com os homens da «Claridade», e foi colega de Amílcar Cabral e Arnaldo França, no Liceu Gil Eanes; esteve seis anos na Índia, dois anos em Angola. Fez Farmácia, Administração Ultramarina e o Curso Complementar de Ciências Sociais e Política Ultramarina. Frequentou ainda a Faculdade de Letras.
O Autor deste trabalho que entrou no ICSPU em 64, conheceu-o em Outubro de 1965, quando ele se inscreveu em Administração Ultramarina. Apesar da diferença de idades, e de experiência de vida que já detinha, Ferreira relacionava-se bem com os mais jovens. Este relacionamento estendeu-se pelos anos fora, entre Praia e Lisboa.

personificada pelo escravo Caliban, quase sub-humano, portador de germes que haveriam de o conduzir para a sua humanização. Próspero sabia que haveria de ser assim, mas, sempre preferiu esperar que Caliban não se esquecesse da «educação», da «ciência» (e porque não, da «moral» e da «arte») com que o mágico supremo o extraiu das «trevas coloniais».

2.Será a lição de Shakespeare válida universalmente?

Poderá ajudar a compreender a sociedade cabo-verdiana?

Como sociedade insular que é, a sociedade cabo-verdiana teve e tem especificidades muito próprias, mas, também não foge às marcas do seu passado, comuns a outros territórios e povos ditos *«colonizados»*.

Iva Cabral[6] (1952) diz-nos: *«Quando a primeira sociedade escravocrata atlântica surge na ilha de Santiago nos finais do século XV e princípios do século XVI, nasce já dicotómica, composta por duas camadas principais cujas características e distinções são claramente rácicas. Em Santiago, dos finais do século XV e primeira metade do século seguinte, ser-se branco era quase sinónimo de pertencer à elite e ser-se negro ou baço era ser-se escravo.»*

Propõe-se refletir um pouco sobre alguns aspectos do processo de *«colonização»* de Cabo Verde e lembrar certos elementos relacionados com as diferentes visões e sensibilidades, sem esquecer o olhar dos outros, sobretudo daqueles que nos governaram na sua dupla ligação com o papel do aparelho ideológico, que é o sistema de educação, e o papel atribuído a Cabo Verde e aos cabo-verdianos no quadro mais vasto do sistema colonial português.

Recorre-se a apreciações que, sendo próprias de uma época e de um contexto determinado, não deixaram, porém, de ter a sua quota-parte de influência sobre nós.

Danilo Santos (1986), no seu trabalho intitulado *«A imagem do*

---

[6] Iva Cabral, A Primeira Elite Colonial Atlântica, p. 173, Pedro Cardoso Livraria, 2015.

«Inicialmente, pretendeu-se apresentar algo parecido com um testemunho sobre a experiência pessoal do autor em matéria de educação, mas, bem depressa, percebeu-se que se existe matéria que exige contextualização social e conhecimento de antecedentes, esta matéria é a educação. Ela exige contextualização histórica, política e social para ser explicada, com um mínimo de seriedade, o que obriga a um esforço de gestão de heranças e visões aos quais os mitos não são estranhos.»

Carlos Reis

«Utilizando as palavras certas, o autor junta-se a Joana Gorjão Henriques e à Fundação Francisco Manuel dos Santos para desconstruir a narrativa que o português inventou sobre os brandos costumes da colonização …».

Corsino Tolentino

«As memórias evocadas, suportadas em documentos da época, dão conta de um tempo intenso e com sentido de urgência – estava tudo por fazer …»

«Num primeiro momento, o autor procura, com base em bibliografia especializada, fazer a caracterização do sistema colonial que contextualiza, a nível social, político e cultural, a educação da época.

Num segundo momento, procura explicar o processo de transformação dessa herança colonial, adequando-a ao novo projeto político de um país acabado de ascender à independência e de formação de um «homem novo».

M. Brito Semedo

ISBN:978-989-8894-24-3
9 789898 894243